

<

★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Heinz Brasil S.A.

Aos Administradores e Acionistas Heinz Brasil S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Heinz Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Heinz Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Heinz Brasil S.A. e da Heinz Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Combinação de negócios (Notas 2.1(a), 2.2 e 5(a)):** Em 31 de março de 2022, a Companhia finalizou a aquisição do controle da Companhia Hemmer Indústria e Comércio ("Hemmer"), mediante aquisição de 93,9% do capital da Hemmer. O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo e da; determinação do preço de aquisição em combinação de negócios envolve o exercício de julgamento sobre estimativas críticas como projeções dos fluxos de caixa futuro descontados a valor presente e análise da probabilidade de perdas em contingências. Os valores envolvidos, assim como uso de estimativas e julgamentos relevantes na mensuração dos ativos adquiridos e nos passivos assumidos, podem ter impacto relevante na determinação da alocação do preço de compra e, por isso, nos levou a considerar como uma de foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Realizamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados à aquisição da Hemmer. Também realizamos um entendimento do processo estabelecido pela administração para a determinação da integridade e acuracidade dos dados da Hemmer e os modelos de cálculo usados para determinar a contabilidade da combinação de negócios, incluindo a competência técnica dos especialistas. Em conjunto com nossos especialistas internos, nós avaliamos: a razoabilidade dos critérios e principais premissas adotadas na identificação e mensuração dos valores justos de ativos adquiridos e passivos assumidos, comparando-os com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis; e coerência lógica e aritmética dos modelos elaborados pela Companhia. Também verificamos os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como as divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela Administração, bem como as divulgações efetuadas sobre o tema, são razoáveis e consistentes com os dados e informações obtidos. **Valor recuperável do Ágio (Notas 2.13, 3.1(b) e 16):** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada apresentam registrado ágios fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras decorrentes de aquisição de negócios

no valor de R\$ 1.320.041 mil na Controladora e de R\$ 1.344.973 mil no Consolidado. O valor recuperável dos ágios é determinado pela administração com base em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos, incluindo a taxa de crescimento e a taxa de desconto. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calcula o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado. Considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação do valor recuperável poderia produzir perdas ou reversões de perdas por *impairment* significativamente diferentes daquelas apuradas pela administração, consideramos essa área como de foco para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para avaliar os indicadores de *impairment*, bem como para determinar e mensurar o valor recuperável, incluindo a metodologia de avaliação adotada, as premissas e os dados utilizados nos cálculos. Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, analisamos os modelos utilizados, incluindo sua coerência lógica e aritmética, bem como a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração, como (i) a taxa de desconto e a taxa de crescimento, comparando-as, quando disponíveis, com os orçamentos aprovados pela Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Realizamos, também, análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto. Por fim, efetuamos a leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas da administração às demonstrações financeiras. Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que os julgamentos e as principais premissas utilizadas pela Administração para avaliação do valor recuperável, bem como as divulgações efetuadas sobre o tema, são razoáveis e consistentes com os dados e informações obtidos. **Provisão para demandas judiciais (Notas 2.17, 3.1(d) e 22(b) e (c)):** A Companhia é parte passiva em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, fiscal, trabalhista, ambiental e cível. A administração da Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses processos e realiza a provisão para aqueles considerados como de perda provável. Para prognósticos onde as expectativas de perdas são avaliadas como possíveis e, especificamente para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, onde a avaliação legal conclui ser provável que a autoridade tributária aceitará o tratamento fiscal incerto adotado pela Companhia e sua controlada nas suas respectivas apurações corrente e passadas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, a Companhia e sua controlada não contabilizam os valores envolvidos, porém divulgam as circunstâncias em notas explicativas às demonstrações financeiras. Considerando a relevância dos valores, as incertezas envolvidas para a determinação e constituição da provisão, as divulgações requeridas das provisões, das incertezas tributárias do imposto de renda e dos passivos contingentes, consideramos novamente uma área de foco de nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar, mensurar, registrar e divulgar provisões e tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, bem como acompanhar o progresso dos processos judiciais e das correspondentes jurisprudências. Obtivemos junto aos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Companhia, a confirmação dos valores e a classificação do risco de perdas. Em conjunto com os nossos especialistas, entendemos os objetos dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração e analisamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão, bem como para as divulgações efetuadas nas notas explicativas estão consistentes com as avaliações dos seus assessores jurídicos. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos re-

lacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000160/O-5

Catarina de Araújo
Contadora CRC 1PE016970/O-5